

7

CAPÍTULO

MUDANÇA SINTÁTICA E A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NOS SÉCULOS XIX E XX

Rosane de Andrade Berlinck

Universidade Estadual Paulista, Araraquara/CNPq

Izete Lehmkuhl Coelho

Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

Sonia Cyrino

Universidade Estadual de Campinas/CNPq

Maria Eugenia L. Duarte

Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq

Marco Antonio Martins

Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

7.1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de ampliar a discussão das questões pertinentes à mudança sintática e à história do Português Brasileiro (PB), este capítulo enfoca alguns fenômenos de mudança linguística, tendo como amostra principal parte dos *corpora* do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), que se constitui de cartas de leitores, cartas de redatores, anúncios, cartas pessoais e peças de teatro escritas ao longo dos séculos XIX e XX em diferentes estados do Brasil¹. Mais especificamente, trataremos dos argumentos nulos (o sujeito de 3ª pessoa e o objeto direto), da sintaxe dos clíticos em contextos [XP]V e das ordens V[DP]/[DP]V em sentenças declarativas.

Fernando Tarallo afirma que “mudanças dramáticas aconteceram na virada do século XIX para o século XX” (1993, p. 19) e que, embora os traços gramaticais que ele observou em diferentes trabalhos, intimamente relacionados, pudessem ter ocorrido em momento anterior, “as circunstâncias sociais antes da virada do século [XX] poderiam não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer a sua própria tinta”. Ao mesmo tempo, esse é um período em que temos no Brasil-República, recém-independente politicamente de Portugal, um movimento de fixação da norma escrita em direção aos modelos lusitanos (cf. PAGOTTO, 1998), um modelo que se distanciara do Português Clássico (PC) e do PB. Kato, Duarte, Cyrino e Berlinck (2006) retomaram a afirmação de Tarallo, observando, em especial, os fenômenos dos argumentos nulos (sujeito e objeto direto) e da inversão do sujeito nas declarativas e interrogativas. As autoras apresentam resultados de correlações desses fenômenos deixando transparecer que “o PB se caracteriza, após quinhentos anos de descoberta, por uma gramática própria, bem distante das demais línguas de sujeito nulo” (p. 433). E reconhecem que a afirmação de Tarallo era pertinente e “há muito ainda a se pesquisar no milênio que se inicia” (p. 433).

Traremos, neste texto, outros elementos e novas correlações sobre esses e diferentes fenômenos, a partir de uma outra amostra – extraída do PHPB –, com o objetivo de atestar a hipótese pioneira de Tarallo de que significativas mudanças que diferenciam a gramática do PB são observadas na virada do século XIX para o século XX. Para tanto, levantamos as seguintes questões: até que ponto o material empírico aqui analisado permite atestar a hipótese do autor? O embate entre uma gramática da escrita brasileira e a norma do português europeu moderno de fins do século XIX produziria um enrijecimento da norma culta na escrita brasileira ou a pena brasileira começaria de fato a escorrer sua própria tinta?

¹ Os *corpora* do PHPB estão disponíveis, em sua maioria, no site <<https://sites.google.com/site/corporaphb/>>.

Nossa hipótese inicial é que fenômenos mais salientes da gramática do Português Europeu (PE), como, por exemplo, a ordem dos clíticos, deverão ser incorporados à escrita brasileira da segunda metade do século XIX, produzindo até mesmo hipercorreções, enquanto fenômenos menos salientes, característicos do PB, como o objeto nulo e o sujeito pronominal expresso, deverão aparecer mais timidamente na escrita desse período; a ordem [DP]V, ainda menos saliente, deverá se ampliar, atingindo até mesmo verbos intransitivos, com a ordem V[DP] se restringindo a construções inacusativas.

Uma comparação entre os resultados encontrados em relação aos diferentes fenômenos permitirá entrever o que estaria mais próximo do PB e o que tenderia a se aproximar dos modelos lusitanos na escrita brasileira dos diferentes séculos.

A teoria linguística que orienta os trabalhos é o modelo de Princípios e Parâmetros, que nos permite levantar hipóteses e interpretar os resultados empíricos, identificando e relacionando propriedades que sinalizem mudança na marcação do valor associado a um determinado parâmetro nas gramáticas do português. A teoria de mudança adotada nas diferentes análises, entretanto, não é a mesma: tanto a teoria da variação e mudança, nos moldes de Weinreich, Labov e Herzog (1986 [2006]) quanto a teoria de competição de gramáticas, nos moldes de Kroch (1989; 2001) serão utilizadas. Problemas como os de *restrição*, de *implementação*, de *encaixamento* e de *transição*, presentes nos dois modelos, embora não referidos com os mesmos termos, interessam particularmente a este trabalho.

Este capítulo está organizado em seis seções. Nas próximas quatro, serão apresentados resultados dos fenômenos em análise: a representação do sujeito de terceira pessoa (item 7.2), o objeto nulo (item 7.3), as ordens [DP]V/V[DP] em declarativas (item 7.4) e a próclise em contextos neutros [XP]V (item 7.5). Na sexta e última seção, apresentamos uma correlação desses quatro fenômenos, buscando elementos que justifiquem a hipótese de Tarallo de que antes da virada do século XX a pena brasileira já começara a escorrer a sua própria tinta.

7.2 A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO PRONOMINAL DE TERCEIRA PESSOA

O comportamento dos sujeitos pronominais de terceira pessoa constitui um ponto-chave na confirmação do processo de mudança que envolve a primeira propriedade relacionada ao Parâmetro do Sujeito Nulo (CHOMSKY, 1981) no PB, que tem sido apontado como um sistema que tende a realizar foneticamente o sujeito referencial, enquadrando-se no conjunto de línguas de sujeito nulo parcial

(HOLMBERG, 2009)². Análises da fala contemporânea têm permitido não só confirmar essa mudança como também observar alguns efeitos por ela produzidos, como a tendência ao preenchimento dos sujeitos de referência genérica, dos sujeitos proposicionais (neutros) e da posição estrutural do sujeito em sentenças impessoais, por meio de operações de inserção ou alçamento (cf. DUARTE, 2003; 2012; KATO; DUARTE, 2014).

A presente análise se limita à representação do sujeito anafórico (nulo *versus* expresso) ao longo do século XIX, considerando a primeira e a segunda metades, em cartas de leitores de jornais escritas nos seguintes estados: Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina. A análise leva em consideração os seguintes fatores linguísticos: o número (singular *versus* plural), o tempo verbal, a ordem do sujeito quando expresso, o tipo de oração em que ocorre o sujeito e dois fatores que têm se mostrado muito importantes na implementação do sujeito expresso: o padrão sentencial, que se relaciona ao feixe de traços semânticos do referente (cf. CYRINO; DUARTE; KATO, 2000), e a posição do antecedente do sujeito (cf. BARBOSA; DUARTE; KATO, 2005). Um antecedente em função diferente ou distante e com o feixe de traços [+humano/+específico] favorecerá a implementação do pronome expresso. Por outro lado, quanto mais acessível sintaticamente estiver o antecedente (mesma função e sentença adjacente) e quanto menos referencial ([-humano] e [-específico]), maiores são as chances de um sujeito nulo.

Ao final deste item, será feita uma comparação entre os resultados obtidos nas cartas de leitores para a segunda metade do século XIX com aqueles obtidos em duas amostras de cartas pessoais³ e de peças de teatro cariocas escritas nesse período.

7.2.1 Os resultados

Na amostra de cartas de leitores, foram levantados 866 dados, que apresentam praticamente a mesma distribuição nas duas metades do século XIX, reunin-

² Essa inclusão do PB contemporâneo entre as línguas de sujeito nulo parcial é discutida em Duarte (em preparação), uma vez que os contextos de sujeitos nulos apresentados para justificar tal caracterização estão em “distribuição complementar” com sujeitos expressos, que são, aliás, mais frequentes do que os nulos na fala. Há, pois, razão, para crer que se trata de vestígios da gramática que licenciava sujeitos nulos.

³ Uma das amostras consiste de cartas escritas no Rio de Janeiro, entre 1879 e 1892, pelo casal Ottoni (Bárbara e Cristiano) a seus netos (LOPES, 2005), e a outra é formada por um conjunto de cartas escritas a Rui Barbosa entre 1866 e 1899 (CALLOU; BARBOSA, 2011). Dentre os 17 remetentes, há personalidades ilustres e apenas um amigo particular de Rui Barbosa.

do os estados contemplados, com 59% e 61% de sujeitos nulos, 20% de sujeitos pronominais e 21% e 19% de DPs anafóricos, como mostra a Figura 7.1, a seguir:

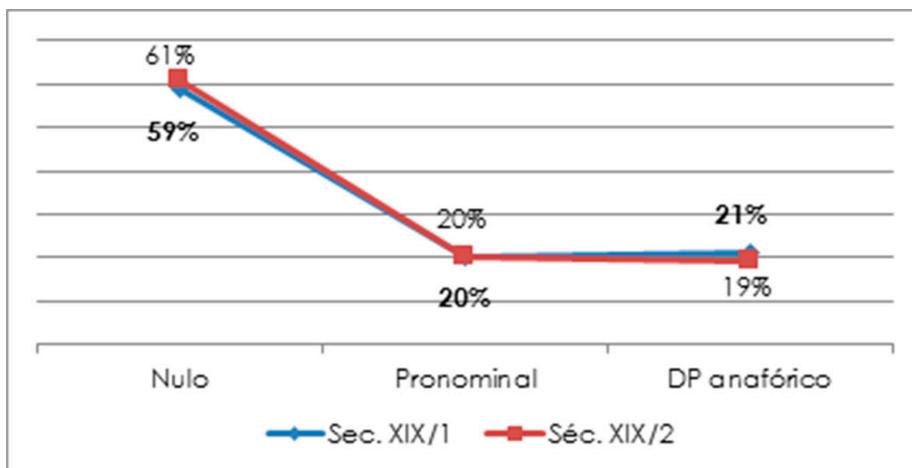


Figura 7.1 Formas de representação do sujeito anafórico de 3ª pessoa em cartas de leitores.

Antes de investigar o efeito dos grupos de fatores estruturais e extralinguísticos (Estado e período de tempo) na realização do sujeito, vejamos a distribuição dos dados da Figura 7.1, que detalha a posição dos pronomes e DPs anafóricos, na Tabela 7.1 a seguir. Nota-se a mesma regularidade nas duas sincronias: a ordem SV é preferida, tanto com o pronome quanto com o DP anafórico.

Tabela 7.1 Distribuição dos dados segundo a forma e a posição do sujeito

Preenchimento e posição do sujeito	XIX.1	XIX.2
Nulos	244 (59%)	276 (60%)
Pronome anteposto	64 (16%)	68 (15%)
Pronome posposto	17 (4%)	23 (5%)
DP anteposto	61 (15%)	72 (16%)
DP posposto	25 (6%)	16 (4%)
Total	411	455

Uma análise de regra variável, opondo os sujeitos nulos a expressos (aqui somados pronomes e DPs anafóricos), confirma a não relevância do período de tempo na realização do sujeito (os pesos relativos para cada um foram idênticos: 0,50). A tabela a seguir apresenta os grupos considerados relevantes pelo Programa VARBRUL (PINTZUK, 1988), por ordem de seleção:

Tabela 7.2 Grupos de fatores selecionados (valor de aplicação: sujeito nulo)

Padrão sentencial	Frequência	PR
Padrão 1	222/255 = 87%	0,79
Padrão 2	136/224 = 61%	0,52
Padrão 3	135/300 = 45%	0,33
Padrão 4	27/87 = 31%	0,19
Estrutura de CP		
Nenhum elemento	186/349 (53%)	0,44
Elemento em C	182/317 (57%)	0,46
Elemento em Spec,C	152/200 (60%)	0,66
Estado		
Ceará	79/129 (61%)	0,51
Pernambuco	88/127 (69%)	0,66
Bahia	76/127 (60%)	0,51
Rio de Janeiro	119/176 (68%)	0,54
Minas Gerais	44/102 (43%)	0,40
São Paulo	48/102 (47%)	0,35
Santa Catarina	66/103 (64%)	0,48

INPUT=0,64 Loglikelihood=-478,111 Significance=0,006.

A escolha do padrão sentencial confirma a atuação de um fator de natureza funcional. Numa língua românica de sujeito nulo prototípica, como o italiano, o sujeito nulo é a opção não marcada nos padrões 1 e 2. Assim o Padrão 1, em que o antecedente se encontra no mesmo período e tem a mesma função é o que mais favorece o sujeito nulo, com 0,79 de peso relativo, seguido do Padrão 2, em que o antecedente, igualmente um sujeito, se encontra na oração adjacente, com 0,52 (a diferença de 0,27 entre os dois pesos coloca o Padrão 1 como o mais resistente num processo de mudança). Os exemplos em (1) ilustram ambos os padrões. Note-se que em (1a) não há relação de c-comando entre o sujeito e seu antecedente, outra característica do sujeito nulo em línguas [+sujeito nulo].

- 1) a. Se [o actual Governo]_i, tanto se empenha para promover a instrucção da mocidade, [Ø]_i não deve permittir] que se retarde tanto o pagamento dos seos quartéis vencidos. (*O Cearense*, 1847)
- b. [Dona Francisca Xavier]_i, applicou-se immediatamente ao restabelecimento dos preceitos dos estatutos fazendo renascer a boa ordem de costumes. [Ø]_i Trabalhou e atravez de continuas enfermidades e afflições,

conseguiu realização de seus largos e louváveis desejos (...). (*Diário de Pernambuco*, 1880)

Os Padrões 3 e 4, com o antecedente em outra função ou distante, desfavorecem o sujeito nulo, com 0,33 e 0,19, respectivamente. Os pesos, acompanhados pelos percentuais, revelam uma gradiência, que coloca o antecedente distante como o contexto estrutural que mais desfavorece o sujeito nulo:

- 2) a. Esta crença supersticiosa, estes seres sobrenaturais denominados vampiros, servem de base [á peça]_i e fornecem-[lhe]_i [o que ella_i tem de phantastico e de brilhante effeito.] (*Diário de Pernambuco*, 1879)
- b. Dizem suas senhorias que [o artigo de apresentação]_i pertence-me quando assim praticam uma injustiça, aliás muito honrosa para commigo, pois sabem perfeitamente [que elle_i foi elaborado por meu velho pae]. (*Jornal de Notícias, Bahia*, 1896)

O segundo grupo selecionado foi a estrutura de CP, que revela o favorecimento do sujeito nulo em orações com elemento em Spec,CP (relativas e interrogativas), com 0,66, em oposição às estruturas com elemento no núcleo de CP (as conjunções) ou às que não apresentam qualquer elemento em CP, com pesos praticamente idênticos (observe-se que há uma diferença de 0,20 entre as primeiras e estas). Trata-se de um resultado que surpreende porque, em análises sincrônicas, da fala e da escrita, as estruturas com um elemento em Spec,CP são aquelas em que mais prontamente se implementa um pronome expresso. Na fala, o pronome expresso em relativas e interrogativas diretas é quase categórico (cf. DUARTE, 1995).

O terceiro grupo, de natureza não linguística, coloca o estado de Pernambuco como o que mais favorece o sujeito nulo (com 0,66) e os estados de Minas e São Paulo, com 0,40 e 0,35, no polo oposto. Santa Catarina, Ceará, Bahia e Rio apresentam pesos próximos (a distância entre eles é inferior a 0,10), o que os deixa no mesmo patamar em relação aos demais. Assim, num contínuo, temos, nos dados desses estados, um favorecimento do sujeito nulo inferior a Pernambuco, mas superior a Minas e São Paulo. Influências relacionadas à colonização e à escolarização podem ajudar a decifrar tal distribuição.

A não seleção do grupo relativo aos feixes de traços semânticos certamente se deve à regularidade na distribuição de sujeitos nulos e expressos nos dois períodos de tempo. Com o traço [+humano], a análise revela 59% e 65% de sujeitos nulos nos períodos 1 e 2, respectivamente, com ligeiro aumento. Quanto ao uso de pronomes e DPs anafóricos, estes sempre superaram levemente aqueles: temos 18% de pronomes e 23% de DPs no período 1 e 16% e 19% no período 2. A presença de pronomes expressos com o traço [+humano], entretanto, não causa sur-

presa, estando o pronome em geral ligado a um antecedente em outra função ou distante. O que é digno de nota é justamente a ocorrência de pronomes pessoais com o traço [-humano], uma estrutura que não se encontra nas línguas românicas de sujeito nulo (embora o PE exiba o pronome com esse traço em índices muito baixos). Nas cartas de leitores, encontramos 56% e 40% de sujeitos nulos com o traço [-humano], enquanto os expressos com pronomes chegam a se igualar ou mesmo superar o uso de DPs (20% de pronomes e 24% de DPs no período 1 e 33% de pronomes e 26% de DPs do período 2).

Os exemplos em (2a-b) acima e em (3a-c) a seguir ilustram pronomes com o traço [-humano] em diferentes padrões, mas, em nenhum desses casos, um sujeito nulo teria sua identificação comprometida; por outro lado em (3d,e), vemos um pronome posposto e um DP anafórico, estratégias que ocorrem em torno de 5% nos dois períodos (cf. Tabela 7.1).

- 3) a. Não acho proprio que [as Guardas Nacionaes]_i pouco a pouco se tornem Corpos de Procissões. [Ellas_i forão criadas para os fins expressos na Lei de 18 Agosto 1831 Artigo I.] (*Gazeta da Bahia*, 1832)
- b. Se são indispensaveis [as Procissões]_i, [ellas_i devem ser acompanhadas pela Milicia da Igreja, (as Irmandades e Clero) e não pelas Guardas Nacionaes] que forão creadas para outros fins. (*Gazeta da Bahia*, 1832)
- c. Como no seu jornal n° 1523 venha transcripto um especifico para a cholera morbus, permita-me que lhe dirija [as seguintes linhas]_i para [lhes]_i dar publicidade [se por ventura [ellas_i o merecerem]. (*O Cearense*, 1856)
- d. Jamais negarei existir em meu poder [a somma de oito contos de réis pouco mais]_i, como diz o Senhor major, mas asseguro [que nunca me fora ella_i pedida] (*Diário de Pernambuco*, 1867)
- c. Este, em vez de responder com resposta, ou recibo do abaixo assignado, asseverou que mandou levar [o officio]_i de convocação e [que [o mesmo]_i fora entregue]! (*O Constitucional*, Minas, 1878)

Antes de procedermos a algumas considerações gerais, vejamos a comparação entre os índices de sujeitos nulos de terceira pessoa na segunda metade do século XIX, considerando as amostras (cartas pessoais e peças de teatro) já citadas.

A observação desses índices percentuais, acompanhada pela distância entre os pesos relativos obtidos nas cartas de leitores, nos permite ver num extremo a gramática dos letrados em situação mais formal – um avô senador, preocupado em manter “o bom português” nas cartas dirigidas a seus netos que vivem fora do país (PAGOTTO; DUARTE, 2005), e os ilustres, entre os quais se encontram políticos de renome, escritores, educadores e jornalistas, que se dirigem a Rui Barbosa, um expoente intelectual (CAVALCANTE; DUARTE; PAGOTTO, 2011).

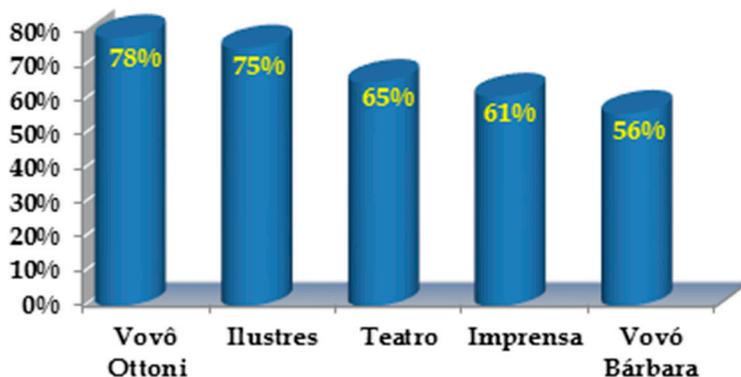


Figura 7.2 Sujeitos nulos de terceira pessoa em diferentes amostras (século XIX.2).

A seguir, temos os textos das peças de teatro popular, escritas no Rio de Janeiro por volta de 1880, com índices próximos aos encontrados nas cartas de leitores, aqui analisadas com maior detalhe, produzidos em contexto diferente, mas ainda com certo cuidado. O índice mais baixo é o que se encontra nas cartas de uma avó de nível socioeconômico alto, mas com nível de escolaridade distinto do de seu marido, o que era característico da época, e, ao mesmo tempo, dá um “sabor especial” às suas cartas, que deixam ver a gramática do PB, como mostra o trecho em (4):

- 4) quando faço algum biscoito ou doce, me lembro de que vocês gostavaõ e muitas vezes me ajudavaõ, emtaõ [seo avô]_i, que falta tem feito os seos companheiros de passeio a cavalo [que muitas vezes elle_i naõ sai por falta de companhia], [esta semana elle_i saio 2 vezes com Julio] (Carta 37 – Barbara Ottoni)

7.2.2 Síntese dos resultados sobre a representação do sujeito de terceira pessoa

No que se refere ao sujeito pronominal, podemos dizer que a escrita de leitores de jornais se apresenta bastante regular ao longo do século XIX, o que pode significar que a modalidade escrita que se desenvolvia no Brasil seguia modelos do PC. Quando comparada às cartas pessoais, escritas por letrados na segunda metade do século, nota-se nestas um maior rigor em relação à preferência pelo sujeito nulo, o que pode se dever a uma aproximação ao PE, que revela índices de sujeitos nulos de terceira pessoa na escrita jornalística atual em torno de 93%, enquanto o PB já alcança 49% (cf. DUARTE, 2007). As cartas de Barbara Ottoni, entretanto, já anunciam traços da gramática brasileira, que viriam a se incorporar muito lentamente à escrita, por causa da pressão normativa que se faria notar ao longo de grande parte do século XX. Não se pode ignorar, entretanto, o fato de o

sujeito pronominal expreso com o traço [-humano] já estar presente em diferentes gêneros, ao longo do século XIX, em índices expressivos, um traço que viria a se expandir no PB, diferenciando-o das línguas de sujeito nulo de maneira singular e já anunciando a mudança na remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo.

7.3 O OBJETO NULO

Como diversos estudos já mostraram, o objeto nulo do PB apresenta várias particularidades. Uma propriedade sempre apontada sobre o fenômeno (cf. OME-NA, 1978; PEREIRA, 1981; DUARTE, 1986; CYRINO, 1994; MATOS, 2005; ARRUDA, 2006; 2012, SILVA; 2009; entre outros) é o fato de que seu antecedente é uma expressão nominal com o traço [-animado]. A sentença (5a) é comum, mas a sentença (5b) parece pior, ficando mais aceitável com um pronome (5c).

- 5) a. Depois que a Maria viu [aquela saia]_i na vitrine, ela comprou [Ø]_i.
 b. ?*Depois que a Maria viu [aquele rapaz]_i na balada, ela beijou [Ø]_i.
 c. Depois que a Maria viu [aquele rapaz]_i na balada, ela beijou-o_i /beijou ele_i.

Estudos variam em relação à possibilidade de um antecedente [+animado] para o objeto nulo, pois parece haver uma interação com a especificidade do antecedente. Se [-específico], o objeto nulo animado parece mais aceitável.

- 6) Mesmo que a sociedade aceite [o menor infrator], ela prende [Ø]_i.

No entanto, uma outra propriedade notável é o fato de que podemos obter leituras estrita e imprecisa para o objeto nulo (CYRINO, 1994, 1997). Observe-se que a interpretação que temos para o objeto nulo na sentença (7) pode ser ou ‘o dinheiro do João’ (leitura estrita), ou ‘o dinheiro do Pedro’ (leitura imprecisa).

- 7) Ontem o João pôs [o dinheiro]_i no cofre, mas o Pedro guardou [Ø]_i na gaveta.

Além disso, o objeto nulo não permite que o sujeito da matriz seja o seu antecedente (FARRELL, 1990; CYRINO, 2008; SILVA, 2009; CYRINO; LOPES, 2012).

- 8) *O governador_i disse que o deputado desrespeitou [Ø]_i na festa.

Cyrino (2008) e Cyrino e Lopes (2012) investigaram esse fator, como sendo o resultado de um requerimento de paralelismo: o antecedente do objeto nulo deve ter a mesma posição na estrutura sintática da sentença matriz. Isso seria decorrente do fato de o objeto nulo ser um fenômeno de eclipse de um sintagma nominal anafórico. De fato, essa proposta tem uma motivação diacrônica: con-

forme mostra Cyrino (1994,1997), o objeto nulo do PB é resultado de elipse de um DP anafórico a um antecedente [-animado]. O fenômeno surgiu como uma extensão da elipse proposicional no PB. A lacuna – com uma elipse proposicional – em uma sentença como (9), em que o antecedente é um CP ou VP, e que pode ser substituída por um clítico neutro (invariável) em línguas como o PE, o espanhol, o italiano ou o francês, abriu espaço para o objeto nulo no PB.

- 9) [...] porque vos não fieis em castanhas (*não sei se [Ø] diga, se o cale que de magoado me trava pola manga a falla da garganta; mas com tudo, não há quem se tenha*)[...] (CAMÕES, *Filodemo*, século XVI)

Em (9), temos a ocorrência dos dois fenômenos: a elipse proposicional e o clítico neutro *o*, e ambos retomam o mesmo antecedente: o CP [*porque vos não fieis em castanhas*].

Portanto, as propriedades peculiares do objeto nulo do PB estão ligadas ao fato de que se trata de um fenômeno de elipse. Assim como a elipse proposicional, o objeto nulo do PB aceita leitura estrita e imprecisa (CYRINO, 1994; CYRINO; LOPES, 2012) e não permite que uma expressão nominal que não esteja em uma estrutura paralela seja seu antecedente.

Este item apresenta resultados de um estudo diacrônico em andamento em que essa última propriedade é explorada. Em outras palavras, observamos nos dados de sincronias passadas se podemos encontrar objetos nulos cujos antecedentes não estejam estruturalmente paralelos. Sentenças como (10) não deverão ocorrer:

- 10) a. *O João_i disse que a Maria abraçou [Ø]_i ([+animado])
 b. *O carro_i percorreu 10 kilometros antes de a Maria comprar [Ø]_i

Note-se que, em relação a essa propriedade, o traço animacidade é irrelevante. Em (10a) o antecedente é animado, e a sentença é agramatical. Porém, em (10b), apesar de o antecedente ser [-animado] a sentença também é agramatical.

Para observar essa propriedade na escrita do século XIX, analisamos dados oriundos dos seguintes textos dos *corpora* PHPB: (1) cartas de redatores e de leitores de jornais dos estados da Bahia, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Paraná e de São Paulo; (2) cartas particulares da segunda metade do século XIX, dos estados da Bahia, do Paraná, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Com relação à escrita do século XX, analisaremos apenas cartas de leitores dos estados da Bahia, do Ceará, do Pará, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, do Rio Grande do Norte e de Minas Gerais.

7.3.1 Os resultados

Na amostra do século XIX aqui analisada, em nenhum caso o antecedente do objeto nulo se encontra na posição de sujeito (aqui referido como “argumento externo”). Observamos que o antecedente do objeto nulo pode ser um argumento interno de verbos transitivos e de verbos inacusativos (incluindo passivas). Nesse último caso, embora ocorra na posição pré-verbal, estruturalmente é um complemento de V, assim como o objeto direto de verbos transitivos.

Vejam os exemplos de antecedentes em posição de argumento interno de verbos transitivos:

- 11) Estes senhores vivem aqui sómente a conta do erario publico, e nada mais, agora com a noticia que a camara votou um projecto que já passou em 2^a discussão, concedendo 10:000\$ *para* a construcção de um açude aqui elles estão se empenhando *para* que ellessejão dacommissão; se assim acontecer não teremos açude_i e quando fação [Ø]_i ficarão com 2/3 do capital. (Carta 311 – Barão de Jeremoabo, Bahia)
- 12) [...] dirigi-me então á loja – reclamando a **minha propriedade**_i e o caixeiro da loja respondeu-me que não poderia entregar-me [Ø]_i sem ordem de seu amo. (Cartas de redatores, século XIX, São Paulo)
- 13) Agora lhe pesso para me mandar **um sobretudo**_i feito em Lisbôa, de uma fazenda pelludaondiada de quadrinhos, e mandar[Ø]_i por algum conhecido ou quando vierem. (Carta 15, Paraná)

Temos exemplos em que o antecedente é um argumento interno e se encontra deslocado à esquerda (topicalização):

- 14) **Os alugueis** deste mez ainda não recebi, logo que receba[Ø]_i, te creditarei [Ø]_i em tua conta. (Carta 3 – Washington Luiz, São Paulo)

Mas o mais interessante é que, como apontado acima, também encontramos antecedentes que são argumentos internos de construções inacusativas. Ou seja, o antecedente do objeto nulo, nesse caso, é também um argumento interno. Esse fato reforça a proposta de que deve haver um paralelismo de estruturas entre o objeto nulo e seu antecedente (CYRINO; LOPES 2012). Veja os exemplos (15) e (16):

- 15) Sinto Papae não ter recebido o retrato da Judith ella esta tão engraçadinha, muito bõa tem estado; de dia sempre ella dorme uma hora ou mais quando ella se acorda a Amelia faz crespos no cabello, é muito crespo **o cabelo d’ella**_i, basta enleiar[Ø]_i no dedo já está bem crespo. (Carta 5, Paraná)
- 16) julgo conveniente restabelecer a verdade dos factos para que **justiça**_i seja fetta a quem [Ø]_i merecer. (Cartas de redatores, século XIX, Minas Gerais)

Foram coletados 37 casos de objetos nulos nas cartas particulares do século XIX acima referidas. Dentre esse total, somente ocorreram os 2 casos acima, ou seja, 5% de casos em que os antecedentes dos objetos nulos são argumentos internos de seus verbos. Assim, constatamos que, na maioria dos dados coletados para o século XIX, o antecedente do objeto nulo é também um objeto direto (ou seja, o complemento de um verbo transitivo), mas podemos também ter, já nesse século, antecedentes que são argumentos internos de construções inacusativas, embora em minoria dos casos.

Em relação ao século XX, apesar de serem poucos objetos nulos nos *corpora*, observamos que os objetos nulos majoritariamente ocorrem quando os antecedentes são, de complemento de verbo, especialmente na primeira metade do século, em que o resultado é categórico. Observe-se a Tabela 7.3.

Tabela 7.3 Posição dos antecedentes de objetos nulos na amostra do século XX

	Argumento interno		Argumento externo		Complemento de Preposição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
XX/1	5	100	0	0	0	0	5	100
XX/2	8	66,6	2	16,7	2	16,7	12	100

A Tabela 7.3 mostra que encontramos somente dois dados nos quais o objeto nulo parece ter seu antecedente na posição de argumento externo na segunda metade do século XX. O primeiro caso encontra-se em (17):

- 17) Francisco Adenor Martins, foram-lhe dados somente coias de quatrocentos cruzeiros novos, que foram aplicados apenas em três dias e que ele era humano e sentia-se profundamente deprimido em ver **tanta gente** procurá-lo, sem poder atender [Ø]. (Cartas de leitores, século XX, Ceará)

Nesse exemplo, o DP “tanta gente”, antecedente do objeto nulo, aparece como argumento externo do verbo *procurar* na sentença matriz. No entanto, esse mesmo DP ocorre como complemento do verbo de percepção *ver*, que atribui Caso acusativo ao sujeito do verbo de seu complemento. Se substituirmos o DP por um pronome, podemos ter “em vê-los procurar o prefeito”. Portanto, se considerarmos que Caso acusativo seria atribuído a complementos de verbo (argumento interno), e sem entrar em detalhes na complexidade da estrutura de verbos de percepção, podemos assumir que o antecedente do objeto nulo (*tanta gente*) está em uma posição paralela àquela da sentença matriz, ou seja, o antecedente está em uma posição paralela à do objeto nulo na sentença encaixada.

O segundo caso é a sentença em (18):

- 18) E depois de três horas de espera um servidor me mandou voltar lá para a Rua Venezuela, pois o **documento** já tinha seguido no princípio de dezembro. E foi, adiantando: “Se não achar [Ø], traga outros retratos, para fazer nova carteira.” (Cartas de leitores, século XX, Rio de Janeiro)

Nesse exemplo, o antecedente do objeto nulo é o argumento interno do verbo inacusativo, “seguir”, que aqui significa “ir”. Observamos, mais uma vez, que o antecedente do objeto nulo em questão está em uma posição estruturalmente paralela (interna a VP) antes de ser alçado para a posição pré-verbal, qual seja a posição de sujeito. Esse paralelismo de estruturas pré-alçamento parece ser relevante para o momento em que a elipse é licenciada (CYRINO; LOPES, 2012).

7.3.2 Síntese dos resultados sobre as propriedades do objeto nulo

O PB é a única língua românica que apresenta a possibilidade de um objeto nulo com características peculiares devido à mudança sintática que a língua sofreu. Essa mudança, a perda do clítico neutro/invariável *o* e, posteriormente, a perda de todos os clíticos acusativos de terceira pessoa (CYRINO, 1994), leva à elipse de um sintagma nominal cujo antecedente se encontra em uma posição paralela, à semelhança do que ocorre com outras elipses (cf. CYRINO; LOPES, 2012). Os resultados diacrônicos apresentados neste capítulo mostram mais especificamente que, de fato, é esse o objeto nulo que ocorre na escrita brasileira dos séculos XIX e XX.

7.4 ORDEM [DP]V/V[DP] EM DECLARATIVAS

A ordem dos constituintes sentenciais surge como uma questão relevante para a construção de uma história do PB em associação com as investigações em torno do Parâmetro do Sujeito Nulo (CHOMSKY, 1981; RIZZI, 1988; KATO, 2000; 2002b). Paralelamente à propriedade de não lexicalizar sujeitos pronominais, a marcação positiva para esse Parâmetro prevê a possibilidade de construções com sujeito posposto (inversão livre) em sentenças simples.

Na medida em que muitos estudos já mostraram que o PB é hoje um sistema que preferencialmente lexicaliza o sujeito pronominal de referência definida (cf. item 7.2 deste texto), decorre naturalmente a necessidade de avaliar se a possibilidade de ‘inversão’ também passou por semelhante processo de restrição. De fato, um conjunto de estudos variacionistas sincrônicos e diacrônicos revelam que

a construção V[DP] se tornou gradualmente menos frequente e estruturalmente mais restrita na fala e na escrita brasileira (BERLINCK, 1988; 1989; 2000; COELHO, 2000; 2006; ZILLES, 2000; SPANO, 2008, SANTOS, 2008, entre outros), de modo que o padrão predominante no PB atual é [DP]V.

A presente análise vai se voltar para esse processo, investigando as ordens [DP]V/V[DP] em anúncios, cartas de leitores de jornais e cartas pessoais dos séculos XIX e XX⁴, que compõem os *corpora* do PHPB. Os textos são originários de três regiões brasileiras (Nordeste – Bahia e Rio Grande do Norte; Sudeste – Rio de Janeiro; e Sul – Santa Catarina) e os dados deles obtidos foram analisados segundo fatores linguísticos – posição superficial do verbo na construção sintática, transitividade do verbo, forma de representação do DP sujeito, definitude/especificidade do DP sujeito, animacidade do DP sujeito – e extralinguísticos – gênero textual e região.

7.4.1 Os resultados

O levantamento de dados resultou em 1.321 orações com sujeito expresso no século XIX e 1.410 na amostra do século XX. A ordem V[DP] corresponde a 24% dos dados no XIX e 12,5% no XX, corroborando a expectativa de diminuição da chamada inversão do sujeito. Mas como se caracteriza esse quadro? Os fatores que regem a ordem V[DP] no século XIX continuam atuantes no XX, com uma perda apenas quantitativa na expressão dessa ordem, ou teria acontecido uma mudança mais profunda no sistema da língua?

Um primeiro aspecto importante a considerar é o fato de que a posição do [DP]-sujeito interage com a posição superficial do verbo na sentença, criando um conjunto variado de padrões: V em primeira, segunda ou terceira posição e DP-sujeito adjacente ou não ao verbo. Ao analisarmos a posição do DP-sujeito em relação à posição de V, concluímos que a alternância entre [DP]V e V[DP] está, de fato, restrita a um padrão: V em segunda posição. É o que se observa nos resultados da Tabela 7.4.

Também se percebe que é no contexto [XP]V que a variação da ordem do sujeito tem lugar. A análise que se segue vai focalizar apenas essas construções com o verbo em segunda posição que constitui o *locus* da variação. As ocorrências a seguir, retiradas da nossa amostra, ilustram esse tipo de construção na ordem [XP]V[DP], em diferentes contextos sintáticos.

⁴ Os documentos do PHPB utilizados para a análise da ordem [DP]V/V[DP] estão assim distribuídos: para o século XIX textos que compreendem as décadas de 1850 a 1890 e para o século XX, textos que compreendem as décadas de 1920 a 1960.

Tabela 7.4 Frequência de V[DP], segundo a 'posição superficial do verbo na construção'

Posição do verbo	Século XIX		Século XX	
	Apl/total	%	Apl/total	%
Verbo em primeira posição	171/171	100%	64/64	100%
Verbo em segunda posição	128/771	17%	93/949	10%
Verbo em terceira posição	17/379	3%	19/397	5%
Total	316/1321	24%	176/1410	12,5%

- 19) Homens ha que, não tendo importancia, proamamtel-a, fazendo bulha; – assim o disse [V. Ex.] na resposta que parece ser sua, com quanto nas a tivesse assignado, e V. Ex. é competente para provar esta verdade. (*A Actualidade – Jornal da Tarde*, Rio de Janeiro, 1869)
- 20) De dizendo a esse bom homem que eu as tirava a 1 \$ rs., ellecallou-se como preferindo pagar quadruplicadamente, e eu disse com os meus botões: ah, quem me dera ser guarda! alguns conheço [eu] que ganharão mais em tirar licenças do que ganharião se fossem fiscaes; porque nada é mais fácil do que ser corretor de casa! B'O Tucano. (*O Despertador Municipal*, 1850)
- 21) A ultima hora, para evitar que mais uma vez fosse adiada [a venda], tive que reduzir o preço de 30:00# para 28:000 (Carta de Lafayette Luiz Pereira de Sousa a Washington Luiz, Niteroi, 1898)
- 22) Immediatos e permanentes são [os seus efeitos]: enriquece o sangue, vigoriza os musculos, fortalece os nervos e o cerebro. Abre o appetite e facilita a digestão. TONICO BAYER BOM PARA TODOS. (*A Ordem*, Natal, 1938)
- 23) Porém, no fundo dalma, devem sentir alguma emoção escutando as melodias que eu escuto, depois de haver, ao raiar do dia, ouvido a sinfonia dos pássaros festejando o nascer do sol, esquecidos de que, depois do alvorecer, virá inevitavelmente [o crepúsculo], a noite imensa e nem sempre pontilhada de estrelas. (*Tribuna do Norte*, Natal, 1962)
- 24) Caso chegue ai [alguma coisa] para mim do Mundico, peço transmitir por telegrama para mim. (Carta de Lourival Rocha para Rusinete Dantas, Mossoró, 1951)
- 25) O impaludismo grassa em todos os continentes, especialmente nas regiões quentes e humidas onde existem [coleções de aguas], propicias para a criação dos mosquitos transmissores. (*A Ordem*, Natal, 1938)

As 771 sentenças que apresentam a estrutura sintática com verbo em segunda posição ([XP]V) do século XIX foram submetidas à rodada estatística, usando o GoldVarb, 2001 (cf. ROBINSON; LAWRENCE; TAGLIAMONTE, 2001), com o propósito de observar as restrições linguísticas que atuam no favorecimento e não da ordem V[DP]. Os resultados gerais dessa rodada podem ser aferidos, por ordem de relevância, na tabela a seguir⁵.

Tabela 7.5 Grupos de fatores selecionados – século XIX (valor de aplicação: V[DP])

Grupos de fatores – século XIX	Frequência	PR
Transitividade do verbo		
Inacusativo não existencial	24/50 = 48%	0,81
Inacusativo existencial	1/2 = 50%	0,76
Intransitivo	7/20 = 35%	0,76
Inacusativo com locativo	7/29 = 24%	0,66
Pronominal	4/10 = 40%	0,64
Transitivo indireto	12/70 = 17%	0,52
Cópula	34/225 = 15%	0,47
Bitransitivo	12/88 = 14%	0,46
Transitivo direto	24/230 = 10%	0,41
Definitude/Especificidade do DP		
- Def/- Esp	24/88 = 27%	0,78
- Def/+Esp	59/244 = 24%	0,59
+ Def/+Esp	42/392 = 11%	0,38
Forma do sujeito		
DP complexo	30/95 = 32%	0,71
DP simples	65/290 = 22%	0,60
Pronome pessoal	12/149 = 8%	0,48

⁵ A análise multivariada selecionou como relevantes, em um primeiro momento, duas variáveis extralinguísticas – *tipo de texto* e *região*. No caso de *tipo de texto*, vê-se um índice alto de VS em cartas de leitores (0,83), anúncios com 0,53 e cartas pessoais com 0,28. Esse último tipo de texto seria, então, o contexto mais avançado na expressão dos padrões que vão predominar na língua (SV). No caso de *região*, observou-se uma tendência mais favorável ao emprego de VS nos textos produzidos na Bahia (0,73), contra 0,48 do Rio de Janeiro e 0,33 de Santa Catarina. Os mesmos fatores não foram selecionados na amostra do século XX, refletindo a progressiva restrição da variação a fatores estruturais. Tendo em vista esses resultados, optamos por focalizar apenas o papel dos fatores linguísticos no processo.

Grupos de fatores – século XIX	Frequência	PR
Nome próprio	16/128 = 12%	0,41
Pronome demonstrativo	1/17 = 6%	0,39
Pronome indefinido	1/45 = 2%	0,04
Elemento cliticizado ao verbo		
Clítico antes do V	14/87 = 16%	0,60
Clítico depois do V	8/55 = 14,5%	0,34
Input = 0,17 Log Likelihood = - 280,932		Significance = 0,042

Como se pode observar na Tabela 7.5, quatro variáveis linguísticas foram consideradas significativas pelo programa estatístico na amostra do século XIX, indicando forças sintáticas (transitividade do verbo, elemento cliticizado ao verbo e forma de representação do DP) e semânticas (definitude/especificidade do DP-sujeito) agindo sobre V[DP]. Com exceção do fator *pronome indefinido*, todos os demais suplantam significativamente o input geral de V[DP] (0,17). A atuação dessas propriedades também se revela na distribuição dos percentuais nos diferentes contextos: dos vinte fatores, 9 apresentam índices iguais ou superiores a 20% de V[DP]. Além disso, já se observa uma demarcação, em pesos relativos e em percentuais, entre os fatores que compõem cada variável: (i) entre construções inacusativas e construções transitivas (aí incluídas as construções com cópula); (ii) entre DPs não definidos e DPs definidos; e (iii) entre DPs (complexo e simples) e pronomes.

O mesmo procedimento de análise estatística foi adotado para as 949 ocorrências com o verbo em segunda posição na amostra do século XX. Observa-se nesse caso que a ordem V[DP] já aparece em contextos bem mais restritos, como indicam os índices descritos na Tabela 7.6 a seguir.

Há uma definição nítida de duas estratégias: (i) o enrijecimento da ordem [DP]V em construções transitivas, intransitivas e cópulas e (ii) a variação da ordem [DP]V/V[DP] em contextos com verbos inacusativos existencial (0,95), não existencial (0,78) e locativo (0,64), bem como em contextos com DP-sujeito [-definido] (0,76 e 0,64) e não animado (0,62). Aparentemente, as forças atuantes são em parte as mesmas que aquelas identificadas no século XIX, assim como a tendência segundo a qual se correlacionam à ordem V[DP]; no entanto, em particular no que se refere à natureza da construção verbal, vê-se uma expansão da ordem [DP]V para contextos que no século XIX ainda “hospedavam” com significativa frequência a ordem V[DP]. O fato de as variáveis semânticas, caracterizadoras do DP, se revelarem mais importantes para a explicação da variação no século XX está diretamente associado à restrição dos contextos verbais que condicionam V[DP].

Tabela 7.6 Grupos de fatores selecionados – século XX (valor de aplicação: VDP)

Grupos de fatores – século XX	Frequência	PR
Definitude/Especificidade do DP		
- Def/- Esp	24/123 = 19,5%	0,76
- Def/+Esp	43/283 = 15%	0,64
+ Def/+Esp	16/493 = 3%	0,35
Animacidade		
Não animado	73/380 = 19%	0,62
Animado	14/260 = 5%	0,33
Transitividade do verbo		
Inacusativo existencial	5/7 = 71%	0,95
Inacusativo não existencial	31/100 = 31%	0,78
Inacusativo com locativo	7/43 = 16%	0,74
Transitivo indireto	8/101 = 8%	0,53
Intransitivo	3/37 = 8%	0,50
Cópula	22/263 = 8%	0,43
Transitivo direto	11/234 = 5%	0,43
Bitransitivo	5/130 = 4%	0,38

Input = 0,10 Log Likelihood = -222,476

Significance = 0,000

Podemos entender as forças aqui em jogo, se levarmos em conta a natureza dos grupos de construções associadas às estratégias (i) e (ii). Temos verbos que selecionam argumentos externos (intransitivos e transitivos); verbos cópulas, que selecionam uma *small clause*; e verbos inacusativos que selecionam argumento interno (cf. BURZIO, 1986⁶). O fato de verbos que selecionam apenas um argumento apresentarem comportamentos diversos já foi tratado na literatura gerativista desde a década de 1980 por vários pesquisadores (cf. KATO; TARALLO, 1988; KATO, 2000; FIGUEIREDO SILVA, 1996; CYRINO; NUNES; PAGOTTO, 2009; NASCIMENTO, 2014), considerando dados do português. Verbos como *trabalhar*, *sorrir* e *correr*, por exemplo, selecionam um argumento externo, marcado como [+agentivo] e [-tema], enquanto verbos como *existir*, *aparecer*, *sumir*, *cair*, *desaparecer*, *chegar*, *surgir* selecionam um argumento interno, marcado

⁶ A hipótese inacusativa foi proposta pela primeira vez por Perlmutter (1978) no quadro da Gramática Relacional. O autor observou a existência de estruturas intransitivas cujo único argumento era um objeto direto (e não um sujeito), mas esse argumento era incapaz de receber acusativo por uma idiosincrasia do verbo.

como [-agente] e [+tema], e apresentam uma ordem V[DP] muito natural (como os exemplos (30) a (32), a seguir, ilustram).

Considerando o tipo de argumento selecionado pelos verbos, agrupamos a variável transitividade em três fatores. Esses fatores agrupados foram cruzados com outras duas variáveis selecionadas: traços de definitude e de especificidade do DP (nos séculos XIX e XX) e animacidade do DP (no século XX). Os resultados dessa nova análise estão expostos nas Tabelas 7.7 e 7.8.

Tabela 7.7 VDP segundo a transitividade do verbo e definitude/especificidade do DP

Correlação	DP [+ Def+ Esp]		DP [- Def+ Esp]		DP [- Def- Esp]	
	Século XIX	Século XX	Século XIX	Século XIX	Século XIX	Século XX
Inacusativos	17%	6%	52%	36%	75%	52%
Transitivos e intransitivo	8%	2%	19%	8%	21%	13%
Cópula	12%	4%	17%	13%	12%	7%

Tabela 7.8 VDP segundo a transitividade do verbo e a animacidade do DP

Correlação	DP Animado		DP não animado	
	Século XIX	Século XX	Século XIX	Século XIX
Inacusativos	35%	3%	47%	48%
Transitivos e intransitivo	12%	4%	18%	10%
Cópula	12%	9%	16%	10%

Apesar de se constatar queda de V[DP] de um século para outro nos diferentes contextos, nota-se que no século XX os índices de V[DP] que ainda permanecem altos estão ligados a verbos inacusativos cujos argumentos são DPs [- Def+/- Esp] e [-animado]. Por outro lado, independentemente do traço de definitude e de animacidade do DP, verbos intransitivos, transitivos e cópulas preferem a ordem [DP]V.

Podemos dizer, então, que no final do século XX a ordem do sujeito com verbos intransitivos e transitivos não é mais variável⁷. Contextos que ainda per-

⁷ Sabemos que na classe dos transitivos há verbos que selecionam argumento com papel temático agente, que é projetado como o sujeito da sentença, e verbos que selecionam papel temático experienciador e tema, que são conhecidos na literatura como verbos psicológicos. Nesse aspecto, apesar de apresentarem uma grade temática relativamente estável, a depender do caso, o

mitem V[DP] em que DP é um argumento externo selecionado pelo verbo são raros como se pode verificar nos exemplos abaixo. Esses casos se parecem mais com construções que se repetem na língua como expressões cristalizadas.

- 26) O que dizem sobre os pianos “ALBERT SCHMOLZ” [as autoridades **maximas da musica**] neste Estado. (*A Ordem*, Natal, 1938)
- 27) E equívoco lamentável, como verá [V.S.] da retificação que segue. (*A Ordem*, Natal, 1950)

As construções V[DP] com verbos cópulas se mantêm mais ou menos estáveis nos dois séculos com índices baixos, que ficam entre 15% e 8%. Vale ressaltar que são verbos pertencentes à categoria dos inacusativos, mas que foram separados dessa categoria por selecionarem uma *small clause* e não um DP. Reunimos no rótulo de verbos cópulas predicadores adjetivais (cf. exemplo (28)) e predicadores participiais (cf. exemplo (29)) por não se mostrarem diferentes com relação à variação da ordem do sujeito da *small clause*.

- 28) Immediatos e permanentes são [os seus efeitos]: enriquece o sangue, vigoriza os musculos, fortalece os nervos e o cerebro. Abre o apetite e facilita a digestão. TONICO BAYER BOM PARA TODOS. (*A Ordem*, Natal, 1938)
- 29) Na soirée do sábado que passou no Clube “12 [borrão] Agosto”, foi eleita [a rainha dos estudantes secundários], a senhorita TANIA JANG (*O Estado*, Florianópolis, 1960)

Já as construções inacusativas em V[DP] são casos ainda muito produtivos na língua, como as ocorrências a seguir revelam. Nessa categoria estão os verbos que selecionam DP com papel temático de tema⁸. Exemplos como esses também foram encontrados em trabalhos que já investigaram o fenômeno variável na fala e na escrita do final do século XX (cf. BERLINCK, 1988; 1989; 2000; COELHO, 2000; 2006; ZILLES, 2000; SPANO, 2008, SANTOS, 2008; entre outros).

- 30) Não ha povoado por menor que seja, no interior do Estado, onde não circule [a ordem]. Dahi se pode concluir o valor de um annuncio nesta folha. (*A Ordem*, Natal, 1938)

experienciador ou o tema podem ser projetados como o sujeito ou o complemento da sentença, como em: (a) *A Maria teme a violência* ou (b) *A violência assusta a Maria*. Esse segundo exemplo é tratado por muitos autores como verbo inacusativo biargumental. Para a discussão que ora se apresenta essa diferença não é relevante, uma vez que sentenças transitivas apresentam a ordem SVO basicamente fixa, independentemente do papel temático do sujeito.

8 Excluímos dessa análise verbos inacusativos que selecionam oração, como em *Parece que vai chover*, uma vez que a ordem desse sujeito oracional é quase categoricamente VS.

- 31) Sobra Pinto Porto Santo Antonio e Astolfo Dutra que é aonde termina [a viagem do referido trem] até desobstruir a linha para Cataguazes. (*O Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1934).
- 32) Mais tarde, ressurgia, no mesmo local, com o mesmo ramo de comércio, [a casa tradicional na venda dos relógios bulachudos], hoje demodê, que é a condecoração sedição dos burgueses apatacados. (*O Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1946).

A ordem dos constituintes nessas construções com verbos inacusativos se apresenta variável. Isso nos leva à seguinte questão: qual é o estatuto das construções [DP]V/V[DP] nesse caso? E como se caracteriza esse processo variável? Com base nos resultados da análise das amostras e nas características das construções inacusativas, podemos afirmar que V[DP] inacusativa é um caso de inversão do sujeito? Queremos acreditar que não. Dadas as diferenças entre os argumentos dos verbos e as restrições sintático-semânticas relacionadas a eles, entendemos que o argumento interno de um verbo inacusativo permanece em sua posição de base por ser esta a de argumento interno. Quando, porém, esse argumento interno aparece à esquerda do verbo, essa posição é derivada por movimento do DP a uma projeção funcional, à posição de especificador de IP, por exemplo. Nesse caso, nada impede que seja a mesma posição para a qual se move o argumento externo de um verbo transitivo ou intransitivo.

7.4.2 Síntese dos resultados sobre a ordem DP]V/V[DP] em declarativas

Em síntese, parece que, no século XX, a ordem V[DP], em que DP é sujeito, manifestada por meio de argumentos externos com papel temático de agente, selecionados por verbos intransitivos ou transitivos, não é mais uma opção disponível no PB. Temos ainda variação da ordem dos argumentos internos com papel temático de tema, selecionados por verbos inacusativos. Esses argumentos, entretanto, não seriam o sujeito da sentença, mas o complemento do verbo. Tudo leva a crer que os fatores que identificamos como regentes da ordem V[DP] na escrita do século XIX não continuam plenamente atuantes na do século XX.

7.5 A PRÓCLISE EM CONTEXTOS NEUTROS [XP]V

Muitos estudos têm mostrado que a escrita brasileira do século XIX apresenta padrões variáveis na colocação dos pronomes pessoais clíticos (PAGOTTO, 1992; LOBO, 1992; 2001; SCHEI, 2003; DUARTE; PAGOTTO, 2005;

TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2005; GALVES; TORRES MORAES; RIBEIRO, 2005; CARNEIRO, 2005, M. A. MARTINS 2009; 2012, 2013; CARNEIRO; ALMEIDA, 2009; CANEIRO; GALVES, 2010; CAVALCANTE; DUARTE; PAGOTTO, 2011). Para este momento, apresentamos resultados referentes à implementação da próclise em contextos neutros [XP]V⁹, na escrita brasileira dos séculos XIX e XX. Mais especificamente, analisamos a próclise em “contextos de variação diacrônica”: orações finitas não dependentes iniciadas por (i) sujeitos não focalizados, (ii) advérbios, (iii) PPs não focalizados e (iv) orações dependentes. A hipótese aqui defendida é a de que o comportamento particular na evolução da próclise nesses contextos na escrita brasileira está associado: (1) a construções [DP]clV em textos da primeira metade do século XIX que refletem um padrão ainda gerado pela gramática do PC; e a construções [DP]clV em textos a partir da segunda metade do século XX que refletem um padrão inovador gerado pela gramática do PB. Nesse sentido, quando observadas em separado as próclises nas construções [DP]V, apresentamos um diagnóstico de que apenas em textos da segunda metade do século XIX “a tinta do português brasileiro” – como destacado por Tarallo – se deixa transparecer na escrita brasileira.

A amostra para a análise foi extraída de *corpora* do PHPB: (1) cartas de leitores, cartas de redatores e anúncios de jornais dos estados do Rio de Janeiro (RJ), da Bahia (BA), de Pernambuco (PE) e do Ceará (CE); e (2) de trinta e quatro peças de teatro escritas por brasileiros nascidos em Santa Catarina (SC) e no Rio Grande do Norte (RN).

7.5.1 Os resultados

Considerando como regra variável a colocação em ênclise ou próclise do pronome pessoal clítico em sentenças com um ou mais constituintes em posição pré-verbal em “contextos neutros” – construções [XP]V –, apresentamos aqui uma análise variacionista observando a significância estatística por meio do uso dos programas do pacote estatístico GoldVarb 2001 dos condicionadores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a próclise. Foram coletados/analizados 1.455 dados e as seguintes variáveis independentes foram controladas: posição superficial do verbo, forma do constituinte que antecede imediatamente o verbo em contextos ([XP])[XP]V, forma de realização do sujeito em contextos [DP]V, forma do pronome pessoal clítico, gênero do texto, período e estado.

⁹ Tomando por base o estudo de A. M. Martins (1994), definimos por contextos neutros [XP]V, ou “contextos de variação diacrônica”, orações finitas não dependentes iniciadas por (i) sujeitos [DPs] não focalizados, (ii) advérbios não modais e (iii) PPs não focalizados, nos quais as taxas de variação na colocação de clíticos é bastante diferenciada na história do português.

Quatro variáveis, listadas a seguir por ordem de significância, se mostraram estatisticamente relevantes no condicionamento da próclise: (1) forma de realização do sujeito em contextos [DP]V, (2) forma do constituinte que antecede imediatamente o verbo em contextos ([XP])[XP]V, (3) período e (4) estado.

Observem-se na Tabela 7.9 os resultados referentes à segunda variável selecionada que diz respeito à natureza do constituinte que antecede imediatamente o verbo.

Tabela 7.9 Próclise por natureza do constituinte que antecede o verbo no contexto ([XP])[XP]V

	Apl/Total	PR.
Advérbio	143/217 – 65%	0,70
Sujeito	434/806 – 53%	0,58
PP	90/260 – 34%	0,39
Oração	18/172 – 10%	0,12
TOTAL	685/1455 – 47%	

Log likelihood = -799,621 Significance = 0,000

Advérbios e sujeitos condicionam a próclise com pesos de 0,70 e de 0,58, respectivamente, em oposição a PPs com PR. de 0,39. Em oposição a esses três fatores, sentenças com oração pré-verbal, com PR. de 0,12, não se mostram nada relevantes para a realização da próclise. É importante dizer que os advérbios constituem uma classe bastante heterogênea no que diz respeito à colocação dos pronomes pessoais clíticos na história do português escrito no Brasil. Aqui foram incluídos todos os advérbios num contexto de variação – sem se especificar a natureza desse elemento – porque na escrita brasileira dos séculos XVIII, XIX e XX atesta-se ampla variação em sentenças com todos os tipos de advérbios (MARTINS, 2009; 2012; CARNEIRO, 2005; CARNEIRO; GALVES, 2010), como exemplificam os casos com os advérbios modais em (33).

- 33) a. [Já] deixei-A na Motocar e o mecânico me disse que era “azinhavre” , e que “pro- duto nacional era uma droga mesmo”! (Carta de leitor, século XX, Rio de Janeiro)
- b. [...] calumnioso, porque todos sabem, que eu não sou capaz de fazer contractos simulados; e injusto, porque, quando comprei á dita venda, o vendedor Francisco de Moraes, não tinha impedimento algum: e **assim comprei-A** muito bem (Carta de leitor, século XIX, Bahia)
- c. Em conclusão declaro ao Senhor Philantropo que o Senhor José Re-vault é incapaz de contrariar a liberdade das ditas crias, pois **sempre dizia-ME** que elllaserão forras. (Carta de leitor, século XIX, Bahia)

d. [...] e **tambem vendem-SE** folhas avulsas a 60 réis; e nas Boticas dos Senhores José Francisco Mig[u]eis na rua de Entre-pontes. (Carta de leitor, século XIX, Bahia)

Os percentuais de próclise considerando a natureza do constituinte que antecede o verbo estão distribuídos no curso do tempo nos gráficos da Figura 7.3.

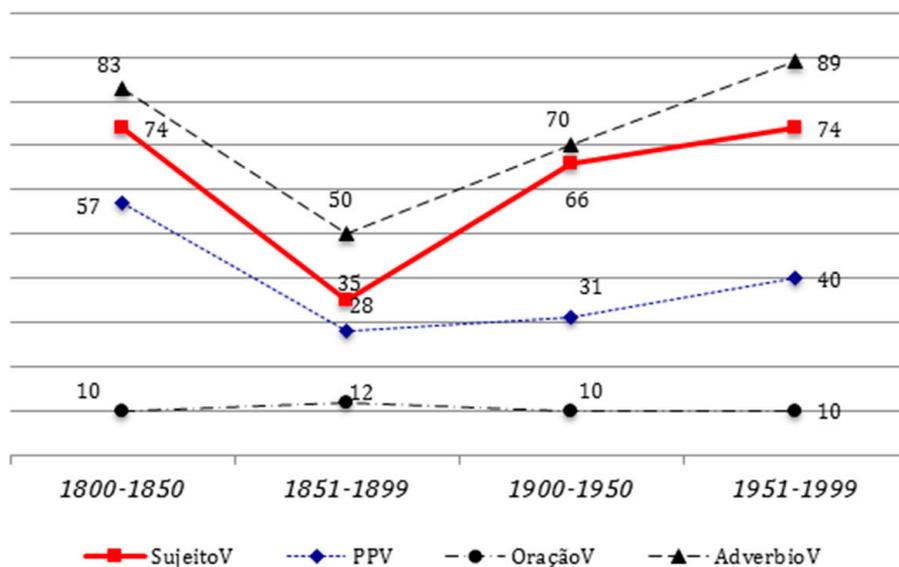


Figura 7.3 Próclise por natureza do constituinte pré-verbal no curso dos séculos XIX e XX.

Como se pode observar, da primeira para a segunda metade do século XIX – de 1800-1849 para 1850-1899 – há uma significativa queda na frequência de próclise em todos os contextos, exceto em sentenças com uma oração em posição pré-verbal, que se mantém na média de 10% em todos os períodos. Essa queda é mais sensível em sentenças com sujeitos contíguos à esquerda do verbo cujo percentual cai de 74% em textos da primeira metade para 35% em textos da segunda metade do século XIX. Interessante notar que a queda na próclise nesses contextos tem sido interpretada como o resultado da pressão da norma fixada pelos padrões enclíticos do PE (cf. PAGOTTO, 1998) na escrita brasileira do século XIX. Tendo em vista os resultados aqui apresentados, defendemos outra hipótese: considerando as elevadas taxas em construções com sujeitos, advérbios e PPs na primeira metade do século XIX, as próclises atestadas em textos desse período são ainda instanciadas – também via um padrão estilisticamente marcado – pela gramática conservadora do PC, em que a próclise era também o padrão nesse contexto.

No contexto [DP]V, há uma significativa queda nos índices de próclise da primeira para a segunda metade do século XIX, de 74% para 35% e a taxa sobe para 66% e 74% no século XX. Esse não é o quadro apresentado nos demais contextos [XP]V: com PPs, há uma queda de 57% para 28% no século XIX e o percentual fica em torno de 35% no século XX, ou seja, não há um aumento significativo nesse contexto; com advérbios, o percentual de próclise não cai de 50% em nenhum momento. Diante desse quadro, defendemos que a implementação da próclise gerada pela gramática do PB na escrita brasileira se dá não em todos os “contextos neutros” [XP]V de uma mesma maneira, mas em um contexto bem específico: [DP]V, conforme exemplo em (34).

- 34) a. **O abaixo assignado SE encarrega** de advogar qualquer causa crime, ou civil n’esta cidade, podendo quem o quizer honrar com sua confiança, para tal fim contar com bom patrono de suas causas na relação do Districto, e até perante o Supremo Tribunal de justiça. Os deveres de bom procurador seraõ em tudo satisfeitos. (Anúncio, século XIX, Ceará)

Observemos com mais vagar as construções com sujeito pré-verbal [DP]V, pois a natureza do sujeito também condiciona fortemente a próclise (cf. MARTINS, 2009). Na análise dos dados aqui apresentada, essa variável foi a primeira selecionada pelo programa estatístico como relevante no condicionamento da próclise, conforme resultados expressos na Tabela 7.10.

Tabela 7.10 Próclise por natureza do sujeito em contextos *SujeitoV*

	Apl/Total	PR.
Pronome demonstrativo	4/5 – 80%	0,75
Pronome pessoal	271/314 – 86%	0,82
DP	147/441 – 33%	0,27
DP + relativa	12/46 – 26%	
TOTAL	434/806 – 53%	0,21

Log likelihood = -877,375 Significance = 0,000

Observe que quando o sujeito contíguo ao verbo no contexto ([XP])[DP]V é um pronome demonstrativo ou pessoal é bastante alta a probabilidade de próclise, com PR. de 0,75 e 0,82, respectivamente, se comparada a construções com sujeitos [DP] realizado por m sintagma nominal com ou sem relativa, com PR. de 0,27 e 0,21. A distribuição da próclise considerando a forma de realização do sujeito à esquerda do verbo nos quatro períodos considerados está sistematizada nos gráficos da Figura 7.4:

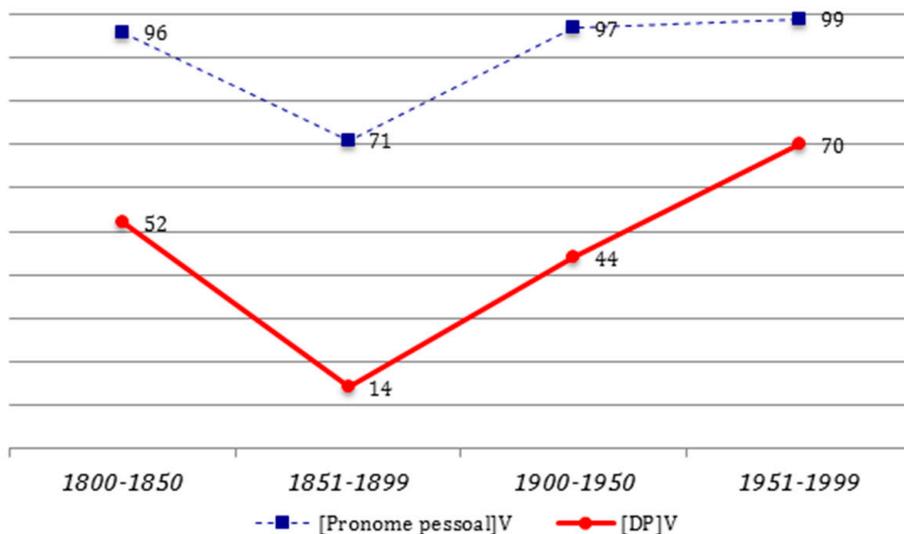


Figura 7.4 Próclise por natureza do sujeito pré-verbal no curso dos séculos XIX e XX

Observe que apesar de a frequência da próclise cair na segunda metade do século XIX, com sujeitos pronominais ela é muito mais recorrente no curso do tempo, diferentemente de quando a forma de realização do sujeito é um DP. A próclise com sujeitos pronominais fica acima dos 90% com exceção da segunda metade do século XIX quando cai para 71%. Desenhando um outro quadro, há uma significativa queda da próclise com sujeitos DPs da primeira para a segunda metade do século XIX – de 52% para 14%! – e esse percentual aumenta muito no curso do século XX – para 44% e 70%! Esse quadro é um forte argumento a favor da hipótese acima apresentada de que as próclises em textos da primeira metade do século XIX seriam derivadas, ainda, pelo padrão proclítico da gramática do PC.

Tabela 7.11 Próclise por período

	Apl/Total	PR.
1800-1850	97/206 – 47%	0,69
1851-1899	224/660 – 33%	0,30
1900-1950	166/299 – 55%	0,57
1951-1999	198/290 – 68%	0,73
TOTAL	685/1455 – 47%	

Log likelihood = -729,625 Significance = 0,000

Uma outra evidência que corrobora a hipótese aqui defendida em relação à diferença entre as próclises nos contextos [DP]V na escrita brasileira do século XIX é o fato de o período ter sido selecionado em terceiro lugar como estatisticamente relevante para o condicionamento da próclise: a primeira metade do século XIX, com PR. de 0,69 e a segunda metade do século XX, com PR. de 0,73, condicionam a próclise em relação aos demais períodos – segunda metade do século XIX e primeira do XX, com PRs. de 0,30 e 0,57 respectivamente.

7.5.2 Síntese dos resultados sobre a colocação dos pronomes pessoais clíticos em contextos [XP]V

No que se refere à colocação pronominal no contexto neutro [XP]V, podemos aventar a hipótese de que o padrão do PB começa a aparecer na escrita brasileira na segunda metade do século XIX, ou mais nitidamente no início do século XX e que a próclise atestada na primeira metade do século XIX segue ainda padrões do PC. A próclise do PB começa a aparecer, nesse sentido, em um contexto bastante específico, qual seja construções com sujeito DP na ordem [DP]V.

7.6 E “A TINTA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO” EM AMOSTRAS DO PHPB?

A partir dos resultados apresentados neste capítulo podemos observar alguns pontos de convergência entre determinados aspectos desses quatro fenômenos investigados na história da escrita brasileira nos séculos XIX e XX, que antevêm resultados de estudos sincrônicos.

No que diz respeito à representação do sujeito pronominal, a análise revela que, embora a preferência pelo sujeito nulo seja característica da escrita brasileira ao longo do século XIX, o português já exibe um traço de línguas [-sujeito nulo]: a expressiva utilização de pronomes pessoais com o traço [-humano]. Na segunda metade desse século, duas direções podem ser notadas: a gramática do PE, que se verifica na escrita dos letrados, e a do PB, que se deixa ver, particularmente, em cartas pessoais escritas pelos indivíduos com menor grau de escolaridade, com pouca ou nenhuma exposição às normas escolares.

Em relação ao objeto nulo, apesar dos poucos dados encontrados, fato comum no estudo deste fenômeno sintático, pode-se notar uma clara configuração das características do objeto nulo do PB, já a partir do século XIX. Além das já conhecidas propriedades do objeto nulo (antecedente [-animado, -específico]) no PB, este capítulo trata da posição do seu antecedente, seguindo o resultado de estudos sincrônicos que mostram uma restrição de paralelismo de estruturas. E, de fato, vimos que, em nenhum caso dentre os dados pesquisados, o antecedente

do objeto nulo se encontra na posição de sujeito, mas podemos observar que ele pode ser um argumento interno de verbos transitivos e de verbos de alçamento e inacusativos (incluindo passivas). Esses resultados confirmam a restrição de paralelismo do objeto nulo do português já na escrita brasileira dos séculos XIX e XX.

No que diz respeito à variação [DP]V/V[DP], das sentenças declarativas com verbo em segunda posição, nota-se um aumento das restrições sintáticas à posição do [DP], na passagem do século XIX para o século XX. Os resultados apontam uma mudança em curso: de possibilidades irrestritas de posposição do [DP] no século XIX para uma ordem [DP]V enrijecida no século XX. Quando a posposição aparece no século XX, essa manifesta, em geral, uma construção cristalizada (com verbos *dicendi*) ou uma construção inacusativa, cujo [DP] é um argumento interno do verbo, marcado como [-ativo] e [+tema].

Referente à colocação dos pronomes pessoais clíticos, é no início do século XX que se observa um aumento significativo da próclise em sentenças com o sujeito [DP] em posição pré-verbal, na ordem [DP]V.

Notamos que há uma mudança sintática já na escrita brasileira do final do século XIX e início do XX que anuncia a gramática do PB: uma alteração no parâmetro do sujeito nulo associada principalmente à propriedade da ordem do sujeito [DP] na sentença. Essa mudança se reflete em determinados aspectos dos quatro fenômenos investigados, quando encontramos resultados que nos mostram: (i) o uso significativo de sujeitos expressos representados por pronomes pessoais com o traço [-humano] na ordem [DP]V; (ii) a restrição de paralelismo de estruturas em que o antecedente do objeto nulo se encontra; (iii) o enrijecimento da anteposição do sujeito [DP] aos verbos transitivos e intransitivos, com restrição na ordem V[DP] a verbos inacusativos; e (iv) o uso expressivo da próclise em sentenças com sujeito [DP] na ordem [DP]V.

A análise do material empírico de amostras do PHPB permite atestar, assim, a hipótese de Tarallo, retomada em Kato, Duarte, Cyrino e Berlinck (2006), segundo a qual, “mudanças dramáticas aconteceram na virada do século XIX para o século XX”, quando a “pena brasileira já começa a escorrer a sua própria tinta” (TARALLO, 1993, p. 19).

REFERÊNCIAS

ARRUDA, N. C. *A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado: um estudo sincrônico*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2012.

ARRUDA, N. C. *A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2006.

- BARBOSA, P.; DUARTE, M. E. L.; KATO M. A. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, p. 11-52, 2005.
- BERLINCK, R de A. *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. 1988. Dissertação (Mestrado em linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- BERLINCK, R. de A. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (Org.). *Fotografias sociolinguísticas*. São Paulo: Pontes, 1989. p. 95-112.
- BERLINCK, R. de A. *La position du sujet en portugais : étude diachronique des variétés brésilienne et européenne*. 1995. Tese (Doutorado em) – Katholieke Universiteit Leuven, Belgium, 1995.
- BERLINCK, R. de A. Brazilian Portuguese VS Order: a diachronic analysis. In: KATO, M.A.; NEGRÃO, E.V. (Ed.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2000. p. 175-194.
- BERLINCK, R.; DUARTE, M. E. L.; OLIVEIRA, M. Predicação. In: KATO, M.; NASCIMENTO, M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2009. p. 101-188. v. 3.
- BURZIO, L. *Italian syntax: a government-binding approach*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986.
- CALLOU, D.; BARBOSA, A. *A norma brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.
- CARNEIRO, Z. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. A escrita de um forro no Brasil do século XIX: um estudo da colocação de clíticos. In: AGUILERA, V. *Para a história do português brasileiro*. Londrina: Eduel, 2009. p. 93-123. v. 7. Tomo 1.
- CARNEIRO, Z.; GALVES, C. Variação e gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. *Revista de Estudos Linguísticos*, v. 18, n. 2, p. 7-38, 2010.
- CAVALCANTE, S.; DUARTE, M. E. L.; PAGOTTO, E. Clíticos no século XIX: uma questão de posição social? In: CALLOU, D.; BARBOSA, A. *A norma brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. p. 167-218.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CUMMINGS, S.; ROBERGE, Y. A modular account of null objects in French. *Syntax*, v. 8, n. 1, p. 44-64, 2005.
- COELHO, I. L. *A ordem V DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- _____. Variação na sintaxe: estudo da ordem do sujeito no PB. In: RAMOS, J. (Org.). *Estudos sociolinguísticos: quatro vértices do GT da ANPOLL*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006. p. 84-99.

- CYRINO, S. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. 1994. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- _____. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.
- _____. *Objetos nulos no português brasileiro e espanhol da América do Sul*. Relatório final para a Fapesp. Processo no. 06/03343-2, 2008.
- _____. *Ensaio sobre a sintaxe do objeto nulo no português brasileiro*. 2011. Tese (Livre-Docência em) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- CYRINO, S.; LOPES, R. *Null objects as ellipsis*. GOING ROMANCE, 2012.
- CYRINO, S.; DUARTE, M. E.; KATO, M. A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M.A.; NEGRÃO, E. V. (Ed.). *Brazilian portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 2000. p. 55-104.
- CYRINO, S.; NUNES, J.; PAGOTTO, E. G. Complementação. In: CASTILHO, A. T. de. (Org.). *Gramática do português falado culto*. Campinas: Unicamp, 2009.
- DUARTE, M. E. L. *Varição e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1986.
- _____. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. Kato (Ed.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 107-128.
- _____. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. Tese (Doutorado em) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- _____. O sujeito expletivo e as construções existenciais. In: ROCARATI C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 123-131.
- _____. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita padrão. *Revista Linguística*, v. 3, n. 1, p. 89-115, 2007.
- _____. O sujeito nulo no português brasileiro. In: CYRINO, S.; RIBEIRO, I; TORRES-MORAES, M. A. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. (No prelo). Tomo I.
- DUARTE, M. E. L. (Org.). *O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, 2012.
- DUARTE, M. E. L.; PAGOTTO, E. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: LOPES, C. (Org.). *A norma brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2005. p. 67-82.
- FARRELL, P. Null objects in Brazilian Portuguese. *The linguistic review*, v. 8, p. 325-346, 1990.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- GALVES, C.; TORRES MORAIS, M. A.; RIBEIRO, I. Syntax and Morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, n. 2, p. 143-177, 2005.

HOLMBERG, A. Null subject parameters. In: BIBERAUER, T. et al. (Ed.). *Parametric Variation: Null Subjects in Minimalist Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 88-124.

HUANG, C. T. J. On the distribution and reference of the empty categories. *Linguistic Inquiry*, v. 15, p. 531-574, 1984.

KATO, M. A. A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil. *Fórum Linguístico*, v. 2, n. 1, p. 97-127, 2000.

KATO, M. A. A evolução da noção de parâmetros. *Revista DELTA*, v. 18, n. 2, p. 309-337, 2002b.

KATO, M. et al. Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, S. et al. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Funcultura, 2006. p. 413-438.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L. A variação entre construções finitas pessoais e impessoais no português brasileiro. *Revista Sociodialeto*, v. 4, n. 12, p. 135-177, 2014. (Meio eletrônico).

KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language, Variation and Change*, v. 1, p. 199-244, 1989.

KROCH, A. Syntactic Change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (Ed.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Malden: Blackwell, 2002. p. 699-729.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LARSON, R. K. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 3, p. 335-391, 1988.

LOBO, T. C. F. *A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto*. 1992. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

_____. *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil*. Edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LOPES, C. *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: Faperj; UFRJ, 2005.

MACEDO COSTA, T. *Um estudo diacrônico das variadas realizações do objeto direto anafórico na imprensa baiana dos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MARTINS, A. M. *Clíticos na história do português*. Tese (Doutorado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

MARTINS, M. A. Para o estudo da propagação da mudança na colocação de clíticos no Português Brasileiro. In: FERREIRA LIMA, M. A.; ALVES FILHO, F.; COSTA, C. de S. M. (Org.). *Linguística e literatura: percorrendo caminhos*. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 83-98. v. 1.

_____. Reflexos da gramática do PC na escrita brasileira do século 19: uma análise das construções XclV. In: LOBO, T. et al. *Linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 333-356.

- _____. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MASULLO, P.J. *Clitic-less definite object drop in River Plate Spanish*. Trabalho apresentado no LSRL XXXIII, Indiana University, 2003.
- MATOS, M. Z. M. S. *A expressão do objeto direto anafórico nos falares urbanos itabienses*. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2005.
- NASCIMENTO, M. do. *Sur la Postposition du Sujet dans le Portugais do Brésil*. Thèse de Doctorat de 3^e Cycle. Université de Paris VIII, Paris, 1984.
- NASCIMENTO, S. L. do. Os verbos inacusativos do Português Brasileiro: uma proposta de categorização. *Revista DELTA*, v. 30, n. 2, p. 237-256, 2014.
- OHARA, M. Object drop in English and in Japanese. Disponível em: <<http://sir.lib.shimane-u.ac.jp/metadb/up/70237860/Nullarguments.pdf>>. Acesso em:
- OMENA, N. P. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas Formas variantes em função acusativa*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1978.
- PAGOTTO, E. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- PAGOTTO, Emílio G. Norma e condescendência; ciência e pureza. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 1, n. 2, p. 49-68, 1998.
- PEREIRA, M. G. D. *A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Brasil*. Dissertação (Mestrado em) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1981.
- PILATI, E. *Sobre a ordem verbo sujeito no português do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- _____. *Aspectos sintáticos e semânticos da ordem verbo-sujeito no português*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- PINTZUK, S. *Varbrul Programs*. Não publicado.
- RIZZI, L. The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar. Paper presented at the *10th Advanced Course Language and Cognition*. Geneva, outubro, 1988.
- SANTOS, D. de R. *A ordem VS/SV com verbos inacusativos: um estudo diacrônico*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- SCHEI, A. *A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea*. São Paulo: Humanitas, 2003.
- SILVA, M. C. V. F. *O objeto nulo no português rural baiano: teoria temática e eclipse*. Tese (Doutorado em) – Universidade Federal da Bahia, 2009.
- SPANO, M. *A ordem verbo-sujeito no português brasileiro e europeu: um estudo sincrônico da escrita padrão*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Ed.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 69-106.

TORRES MORAIS, M. A.; RIBEIRO, I. Contraste da sintaxe dos clíticos no português europeu e português brasileiro. *Linha d'Água*, São Paulo, n. 17, p. 21-40, 2005.

ZILLES, A. M. S. A posposição do sujeito ao verbo no português falado no Rio Grande do Sul. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 75-96, 2000.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.